

Párias da Terra: o MST e a mundialização da luta camponesa

DENI IRENEU ALFARO RUBBO

São Paulo: Alameda, 2016, 323p.

*Silvia Beatriz Adoue**

O livro que resenho é resultado de uma grande pesquisa sobre o internacionalismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata-se de uma investigação histórica, mas também é uma contribuição teórica para pensar a luta das classes trabalhadoras na periferia do capitalismo.

O diferencial deste estudo é a articulação entre os fatores “duros” que exigiram a ação internacionalista do MST e os projetos emancipatórios que inspiraram seus quadros nesse desafio. Isto é, Rubbo não cede à tentação do politicismo enganador que grassa nas análises sobre a ação política na esquerda latino-americana. Mas, ao mesmo tempo, não se poupa de apresentar como os desafios da atual configuração do capital e seu projeto para o campo no capitalismo dependente obrigam as classes trabalhadoras a lançar mão da fortuna teórica do proletariado para qualificar sua luta internacional.

O autor apresenta a linha do tempo do desenvolvimento do MST e de suas práticas internacionalistas, ponderando as periodizações da bibliografia sobre o tema. Há também uma exposição dos debates a propósito da natureza da organização. Em que medida ela é um movimento social? Em que medida assume forma partidária? De outra maneira: o MST representa um segmento da classe trabalhadora em suas lutas e reivindicações, mas a organização também aponta para

* Professora da Unesp; campus Araraquara. E-mail: sbadou@hotmail.com.

estratégias políticas com relação não apenas ao programa agrário, mas também a um projeto nacional. Deste debate deriva outro, o da categoria “sem-terra” no seu viés sociológico e nos avatares históricos do conceito: em que medida os “sem-terra” são os pobres do campo, em que medida a expressão designa os membros da organização, com uma posição política, programática e estratégica. Debates todos atravessados pelas relações do movimento com o Estado na demanda por políticas públicas. Sobre esses assuntos, porém, a aproximação de Rubbo não é de aceitação pura e simples de interpretações dos que já estudaram o movimento. Ele faz uma aproximação original, a partir das contribuições teóricas mais gerais de José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes, autores marxistas da linhagem à qual nosso autor pertence. Para Rubbo, a condição dependente do capitalismo latino-americano e a matriz produtiva exportadora de *commodities* agrícolas configuram uma classe trabalhadora de composição particular no campo. As lutas dos sem-terra estão historicamente marcadas pela introdução de novas tecnologias agrícolas, que criou uma grande massa de “párias da terra”, os agricultores que não conseguiam aceder a essas novas práticas e, na concorrência, perderam suas terras. Muitos deles foram deslocados por meio de políticas de colonização que visavam “liberar” força de trabalho disponível para os grandes empreendimentos exportadores.

Essa abordagem teórica discute a atual inserção do campo no capitalismo mundial, considerando o debate ideológico sobre o progresso e o processo desigual e combinado de desenvolvimento capitalista. Para isso, o autor não apenas encara a polêmica com os intelectuais orgânicos do capital, mas também no interior da esquerda. Depois da especialização produtiva no contexto da modernização dependente e a integração do campo pela exploração operada pelo agronegócio, a ideia de que a pobreza rural é resultado do atraso não se sustenta. O autor contesta o suposto caráter “residual” do campesinato e das formas de proletarização dentro da própria terra. O debate não se limita a discutir se é possível a permanência do campesinato, mas também alcança a questão de se é desejável a defesa das práticas das comunidades tradicionais, do ponto de vista dos efeitos sociais e ambientais do projeto do agronegócio e do ponto de vista de um projeto emancipatório para o planeta. Ao fazer isso, apresenta o debate já instalado, tanto nos movimentos do campo como na academia, e dele participa.

As práticas internacionalistas do MST são analisadas historicamente. Desde as práticas de solidariedade e cooperação com movimentos sociais de outros territórios à organização de lutas de escala mundial. Assim, estuda a formação do Coletivo de Relações Internacionais (CRI) do MST, as iniciativas do movimento na formação da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e a Via Campesina, que nucleia organizações do campo em todos os continentes. O papel de liderança informal do MST nessas articulações não é apresentado como resultado de uma prática centralizadora, mas da ação difusora de uma cultura organizacional baseada no exercício colegiado e rotativo da coor-

denação, com presença crescentemente feminina em suas instâncias. E difusão de uma cultura de lutas que são concebidas também como espaço de formação e educação dos trabalhadores e suas organizações. A mística, presente no MST, como conjunto de práticas para tornar presentes os valores emancipatórios que orientam as narrativas de futuro do proletariado, hoje faz parte do cotidiano dos movimentos que integram a CLOC e a Via Campesina. Essa liderança informal do MST tem sua expressão simbólica na escolha do 17 de abril, em que se lembra o assassinato de militantes sem-terra em Eldorado dos Carajás-PA, como Dia Mundial da Luta Camponesa.

As práticas internacionalistas do MST são também estudadas no seu aspecto ideológico. Herdadas, no período da sua fundação, da Teologia da Libertação, essas práticas vão ser realimentadas pelas revoluções cubana e sandinista. Assim, Ernesto Guevara e, mais recentemente, José Carlos Mariátegui vão se tornar referências teóricas para pensar a luta em escala continental e mundial.

O nosso autor não se furta de analisar os impasses do MST no contexto dos governos do PT, quando apostou numa reforma agrária mil vezes prometida pelo projeto do partido e não realizada, justamente pelas alianças que ele estabeleceu com o agronegócio. As tímidas políticas públicas que favoreceram os assentamentos apenas permitiram sua sobrevivência, às vezes em condições precárias, reserva de força de trabalho para as cadeias produtivas. A tática dos movimentos que participam da Via Campesina no Brasil, que apostou nas relações institucionais e com a sociedade civil, coloca as organizações do campo numa nova encruzilhada no terreno nacional e também nas suas práticas internacionalistas.

A dinâmica do capital aponta para a integração dos territórios às cadeias produtivas que operam em escala planetária, não apenas pela concentração da propriedade da terra, mas, sobretudo, pelo controle do seu uso. Eis o novo desafio para os “párias da terra” dos quais nos fala Deni Irineu Alfaro Rubbo. Sem dúvida, seu livro ilumina o debate sobre os desafios e as possibilidades objetivas e subjetivas que a conjuntura apresenta para o próximo período.